

Uma crónica abacial quatrocentista num Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça

A 15th century abbey chronicle in a Book of the Farm of the Monastery of Alcobaça

Saul António Gomes
Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras
sags@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

Texto recebido em / Text submitted on: 04/02/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 03/06/2025

Abstract

This study revisits the pages of a brief chronicle, written in the Alcobaça Monastery, about the participation of its abbot, D. Estêvão de Aguiar, in the political events that led the infant D. Pedro, Duke of Coimbra, to take the regency of the kingdom of Portugal at the end of 1439. The composition of chronicle sources in Portuguese medieval monasteries is discussed, and the identification of the author is proposed of the chronicle pages involved in this article and this composition is integrated into the context of the administration of the Cistercian abbey by the prelate.

Keywords: Alcobaça; chronicles; accounting; 15th century.

Resumo

Revisitam-se neste estudo as páginas de uma crónica breve, redigida no Mosteiro de Alcobaça, sobre a participação do seu abade, D. Estêvão de Aguiar, nos acontecimentos políticos que levaram o infante D. Pedro, duque de Coimbra, a tomar a regência do reino de Portugal no final do ano de 1439. Discute-se a composição de fontes cronísticas nos mosteiros medievais portugueses, propõe-se a identificação do autor das páginas cronísticas implicadas neste artigo e integra-se esta composição no contexto da administração da abadia cisterciense pelo referido prelado.

Palavras-chave: Alcobaça; crónicas; contabilidade; Século XV.

1.

As *gesta abbatum*¹, quer redigidas sob a forma simples de anais ou crônicas, enunciando a sucessão de abades ou priores de um mosteiro, quer organizadas como discursos mais elaborados de vidas de prelados dessas instituições regulares, no Portugal medieval, não são numerosas. Constituindo uma tipologia documental com características textuais narrativas, por vezes marcadas de intencionalidade hagiográfica, elas conheceram o seu tempo áureo no século XII, tendo sido especialmente cultivadas entre os cónegos regrantes do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em cujo ambiente intelectual foram produzidas as *vitae patrum* de D. Telo, o fundador dessa canónica, e de S. Teotónio². Mas as práticas da escrita memorialística, no Portugal medieval, como por toda a Cristandade, manifestaram-se, por diferentes modos, em dimensões da vida espiritual, institucional e judicial, social e cultural, servindo tanto os públicos eclesiásticos como os laicos, universos estes mais complementares, aliás, do que incomunicáveis, sendo frequente a contratação, por instituições eclesiásticas, da mão de obra laica especializada na escrita, na pintura e demais tarefas da produção de códices³.

Entre os cónegos de Santa Cruz de Coimbra ou entre os monges de Alcobaça, como por todos os demais claustros portugueses, mormente os da congregação quatrocentista dos Cónegos Lóios⁴, prevaleceu sempre a prática da escrita não apenas para copiar livros e tombos ou produzir cartas e documentos administrativos, mas também e muito especialmente para, de modo mais ou menos elaborado, se produzir memória histórica e arquivo documental. Diplomas ou *acta* de chancelarias com preciosas *narrationes, notitiae*⁵, epistolografia com relatos de

¹ Michel Sot, *Gesta Episcoporum. Gesta Abbatum*, Typologie des sources du Moyen Age occidental, fascículo 37, Turnhout, 1981.

² *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, Edição crítica dos textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires Nascimento, Lisboa, Ed. Colibri, 1998.

³ Caroline Bourlet e Annie Dufour, *L'écrit dans la société médiévale. Divers aspects de sa pratique du XIe au XV siècle*, Paris, Ed. CNRS, 1991; Maria José Azevedo Santos, "Os 'clérigos-notários' em Portugal (séculos XI-XII)", separata de *Actas do II Congreso Hispánico de Latín Medieval*, 25-38. León, Universidad de León, Servicio de Publicaciones, 1998.

⁴ Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios* (Edição crítica por Cristina Sobral), Lisboa, Roma Editora, 2007.

⁵ Susana Tavares Pedro, *O Género Diplomático 'Notícia' na Documentação Medieval Portuguesa (Séculos X-XIII)*, Tese de Doutoramento em História, Paleografia e Diplomática, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008; Avelino de Jesus da Costa, "Os mais antigos documentos escritos em português", *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, p. 167-256.

conquistas⁶, anais, como o Livro da Noa, epitáfios e inscrições epigráficas⁷, crónicas de conquistas de cidades⁸, de fundação de mosteiros⁹, de vidas de prelados¹⁰ e de “santos mártires”¹¹, nobiliários redigidos em ambientes conventuais¹², hagiografias e livros de milagres¹³, cartulários¹⁴, obituários¹⁵, calendários¹⁶ e tantos outros preciosos códices manuscritos de Santo Tirso e de Lorvão, de Santa Cruz e de S.

⁶ Aires A. Nascimento, *A conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, Introdução de Maria João Branco, Lisboa, Vega, 2001.

⁷ Mário Jorge Barroca (ed.), *Inscriptiones. Corpvs Epigraphicvm Portvgalensium. Pars Prima: IX-XII Saecula*, vol. VIII/1 de *Portvgaliae Monvmenta Historica*, nova série, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2017.

⁸ Jonathan Wilson (ed.), *The Conquest of Santarém and Goswin's Song of the Conquest of Alcácer do Sal: Editions and Translations of De expugnatione Scalabis and Gosuini de expugnatione Salaciae carmen. Crusade Texts in Translation*, Routledge, Abingdon, 2021.

⁹ “Chronica da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lixboa”, *Portvgaliae Monvmenta Historica, Scriptores*, p. 407-413; Aires A. Nascimento, *A conquista de Lisboa aos Mouros...*, cit., p. 178-202.

¹⁰ José Joaquim Nunes (ed.), *Cronica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*, Coimbra, 2 vols., 1918.

¹¹ Caso do “Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Senhor Iffante D. Fernando”, produzido por 1450-60. Cf. Fr. João Álvares, *Obras*, Edição crítica, com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, vol. 1, Coimbra, 1960. Vd., também, António Ribeiro Rebelo, *Martyrium et gesta Infantis Domini Fernandi: a biografia latina de D. Fernando, o Infante Santo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

¹² *Livros Velhos de Linhagens*, Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, vol. I de *Portvgaliae Monvmenta Historica*, nova série, Lisboa, Academia das Ciência, 1980.

¹³ Mário Martins, *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, Coimbra, 1954; Aires A. Nascimento, *S. Vicente de Lisboa: lendas, milagres e culto litúrgico (testemunhos latinomedievais)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2011.

¹⁴ São numerosos os cartulários monásticos, diocesanos, nobiliárquicos e régios medievais portugueses. Não nos debruçamos, aqui, sobre o assunto, apenas o afluamos no sentido contextualizador da escrita memorialística ou cronística em espaços intelectuais monásticos. Entre os cartulários conhecidos, que mais integram no respetivo registo diplomático o “texto cronístico”, ressaltam os dois seguintes: *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Séc. XII*, Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra (eds.), Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990; e o *Liber Testamentorum Coenobii Laurabanensis*, Aires A. Nascimento e José Maria Fernández Catón et al. (eds.), 2 vols., León, Caja España de Inversiones e Archivo Histórico Diocesano de León, 2008. Vd., também, Manuel Augusto Rodrigues, “Cartulários Portugueses”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurabanensis...*, cit., vol. I, p. 305-342.

¹⁵ Maria José Azevedo Santos, *Um Obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História 2008; Saul António Gomes, “Fragmentos Codicológicos de um Obituário Primitivo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, *Hvmanitas*, 56 (2004), Coimbra, p. 383-399.

¹⁶ Avelino de Jesus da Costa, *Calendários portugueses medievais*, Braga, [Reprodução dactilografada], 1950.

Vicente de Fora, assim como de Alcobaça, reconhecidamente, estão preenchidos por notícias, listas de prelados, pequenas narrativas, anotações fragmentárias relativas a acontecimentos e a pessoas, enfim, todo um conjunto de *memoratoria* que traduzem discursos historiográficos, cronísticos e o cultivo que deles faziam os religiosos que os produziram, leram e preservaram¹⁷.

Em Portugal, cultivaram-se *topoi* cronísticos entre todas as ordens religiosas regulares, do monaquismo mais tradicional ao mendicante, fosse de forma mais ativa ou mais passiva, produtora (escrita) ou recetora (leitura), pública ou privada. Um cavaleiro templário como D. Gualdim Pais viu os seus feitos militares inscritos em lápides comemorativas incrustadas nas portas e muralhas dos castelos que edificou¹⁸. Entre os freires militares santiaguistas, por outro lado, circulou a narrativa da vida de D. Paio Peres Correia, o mestre dessa

¹⁷ Cf. Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1947, p. 225-340; José Mattoso, *Le monachisme ibérique et Cluny*, Lovaina, Université Catholique de Louvain, 1968, p. 311-315; António Cruz (ed.), *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, 1 vol., Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968; Pierre David, “Annales Portugalenses Veteres”, *Revista Portuguesa de História*, 3 (1947), p. 82-128; A. Magalhães Bastos, *Memórias Soltas e Inventários do Oratório de S. Clemente das Penhas do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Matozinhos dos Séculos XIV e XV por Fr. João da Póvoa e outros (Ms. Quinhentista do Arquivo Distrital do Porto)*, Porto, 1940; Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, Lisboa, Ed. Verbo, 1972, p. 11-33; A. H. de Oliveira Marques, *Antologia da historiografia portuguesa*, vol. 1, *Das origens a Herculano*, Lisboa, Europa América, 1974; Maria João Violante Branco, “Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro” e “Vidada Infanta Santa Joana de Aveiro” in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (dir.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 176-177 e 660-661 respetivamente; José Adriano de Freitas Carvalho, *Nobres Leteras... Ferosmos volumes... Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV, os traços de união das reformas peninsulares*, Porto, 1995, p. 89-102; Idem, “Benfeitores dos franciscanos observantes portugueses em tempos de Fr. João da Póvoa”, *Via spiritus*, 6 (1999), p. 227-231; Luís Krus, “Crónicas Breves de Santa Cruz”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, cit., p. 194; Idem, *História Cultural e das Mentalidades Medievais (Lição Síntese) – A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analística portuguesa*, Lisboa, Sumário pormenorizado apresentado à Universidade Nova de Lisboa no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História da Arte, policop, 1998; Idem, “Historiografia. I. Época Medieval” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, tomo IV, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa – Círculo de Leitores, 2001, p. 512-523; Rodrigo Furtado, “Writing history in Portugal before 1200”, *Journal of Medieval History*, 47 (2021), p. 145-173; Donatella Nebbiai, *Le discours des livres. Bibliothèques et manuscrits en Europe. IXe-XV^e siècle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2013, p. 87-92.

¹⁸ Saul António Gomes, “D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)”, *População e Sociedade*, 23 (2015), p. 11-23. [Disponível em linha: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23>].

Ordem que liderou a conquista de territórios sobretudo no “reino do Algarve”¹⁹. O número destes textos, compostos em ambientes claustrais portugueses, masculinos ou femininos, todavia, é muito escasso.

2.

Dentro deste reconhecimento, importará recuperar aqui duas páginas verdadeiramente cronísticas, lançadas num tomo contabilístico do Mosteiro de Alcobaça por volta de 1439-40, as quais narram episódios protagonizados por D. Fr. Estevão de Aguiar, que governou a abadia desde 1431 até ao momento da sua morte em 1446, no contexto dos acontecimentos que levaram o Infante D. Pedro, duque de Coimbra, à assunção da regência do reino nas circunstâncias da crise política despoletada pela morte do rei D. Duarte, em 1438, e pelas divergências que surgiram quanto à solução governativa da regência do reino.

Devemos sublinhar que a fonte documental que aqui nos ocupa, produzida em contexto cultural monástico, não corresponde a um texto desconhecido ou sequer inédito, mas ele merece-nos recuperação e (re)consideração sobre as razões da sua produção ou composição em ambiente claustral cisterciense, assim como o respetivo significado cultural que essa circunstância acarreta. A sua primeira editora foi Virgínia Rau, em artigo publicado em 1964, no qual se evidenciou suficientemente o elevado interesse historiográfico desta fonte histórica para um conhecimento preciso dos acontecimentos políticos que envolveram a assunção da regência pelo Infante D. Pedro²⁰. Virgínia Rau, aliás, evidenciou muito bem o interesse da fonte alcobacense pelas informações que carrega, que não desmentem o que, sobre o assunto, escreveria Rui de Pina, mas acrescentam dados silenciados pelo cronista. Outros historiadores, ainda, com especial relevância para Iria Gonçalves, viriam a valorizar, noutros contextos heurísticos, nomeadamente de história económica e social, a fonte em causa²¹.

¹⁹ Fr. Joaquim de Santo Agostinho, “Chroniqua de como Dom Payo Corea Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do Algarve aos moros”, *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Sciencias*, vol. 1, Lisboa, 1792, p. 74-97; *Portvgalliae Monvmenta Historica – Scriptores*, p. 416-420; Luís Filipe Oliveira, “Das memórias de Paio Peres Correia à Crónica do Mestre: Os testemunhos portugueses” in Carlos de Ayala Martínez; Francisco García Fitz; J. Santiago Palacios Ontalva (ed.), *Memoria y fuentes de la guerra santa peninsular (ss. X-XV)*, Gijón, Espanha, Ediciones Trea, 2021, p. 331-348.

²⁰ Virgínia Rau, “O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439”, *Revista da Faculdade de Letras*, III série, 8 (1964), p. 143-150.

²¹ Como sucede com João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, que editam uma das suas páginas, em fac-simile e transcrição paleográfica, no *Álbum de*

A narrativa alcobacense, com redação precisa, como se referiu, nos anos de 1439 a 1440, integra um livro de contabilidade ou fazenda monástica relativo aos anos económicos de 1437-38 até 1439-40²². O seu título é significativo: “Livro da fazenda do Mosteiro d’Alcobaça de que he abbade Dom [Stevam] d’Aguiar, de huum anno que se começou por dia de Sam Joham Bautista de IIIc XXXVII”²³.

Trata-se de uma rara fonte contabilística medieval portuguesa, que se conserva em 403 fólios de papel²⁴, pelos quais se espriam testemunhos de um mundo cultural próprio da contabilidade mercantil e do número, campo dominado por uma linguagem adequada à escrita de receitas e despesas, testemunho da evolução das práticas intelectuais da escrita contabilística numa grande instituição senhorial, como era o Mosteiro de Alcobaça. De algum modo, é uma fonte que se integrará na tradição documental dos livros de receitas e despesas, por vezes produzidos por priostes ou prebostes, de que é bom exemplo o “Livro das despesas” do Prioste do Cabido da Sé de Évora²⁵.

Tenha-se presente que a contabilidade da abadia cisterciense obrigava a vários registos e, decerto, pressupunha uma hierarquia de controle. O tombo que nos chega, alude frequentes vezes às contas e suas arrecadações lançadas no livro da “marca grande”, aparecendo mencionados, ainda, o livro da “marca pequena”, do ano de 1440, e o livro do sobrado, de Pedro Álvares²⁶. O *scriptor* do manuscrito, que nos ocupa, mostra-se atento a questões importantes em matéria de preços e pagamentos, como quando regista um certo contrato com um foro acordado em 700 reais por marco, segundo a Ordenação, mas que o “dom abbade nom o consentio porque se desaforou por scriptura publica facta

Paleografia, Lisboa, Ed. Estampa, 1987, doc. 36, p. 68-69; também (re)editada, em parte, em *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)*, org. e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 587-588; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1989.

²² O tombo respeita à gestão do património do mosteiro, mas com numerosos itens relativos a gastos pessoais ou privativos do próprio abade, transcendendo uma mera contabilidade institucional.

²³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 1.

²⁴ Dever-se-á ter presente que o tombo sofreu perdas de folhas e passou por um ou mais processos de recomposição. Traz a folha de abertura, com o título, mas falta-lhe, por exemplo, a folha de encerramento do tombo, como seria natural neste tipo de documentação de gestão económica e financeira de um grande senhorio monástico como Alcobaça.

²⁵ Bernardo Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira da Silva e Nuno G. Monteiro, “O ‘Livro das despesas’ do prioste do cabido da Sé de Évora (1340-1341)”, *Revista de História Económica e Social*, 9 (1982), p. 91-143.

²⁶ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 34v, 38v, 56, 149, 177v e 264v.

depois da dicta ordenaçom que pagara por marco asi como valesse ao tempo da paga²⁷. No tombo prevalece a escrita da numeração luso-romana, mas com afloramentos episódicos bastante significativos de algarismos árabes e, até, de expressões intelectuais já decimais como as que referem quartos, oitavos, $\frac{1}{2}$ ou $\frac{3}{4}$, entre outras²⁸. A descoberta desta fonte e o seu estudo histórico aprofundado deve-se a Iria Gonçalves²⁹.

É muito provável que este extenso tombo contabilístico, todavia, não tenha sido escrito por um monge, mas antes por um leigo, decerto escrivão ao serviço do abade D. Estêvão de Aguiar. O seu nome seria Rui Fernandes, a avaliar por uma breve linha autobiográfica, do ano de 1438, que aparece a determinando passo: “mostra-se que depois que eu Rui Fernandes som em este mosteiro, o dicto Lourenço Paez [ouvidor do Infante D. Fernando] hé devedor³⁰. O gosto que o autor material do tombo coloca em narrar pormenores envolvendo gente ilustre, como a Rainha D. Leonor de Aragão, os infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando ou cortesãos como o Doutor Vasco Fernandes [da Silveira]³¹, para além dos fragmentos narrativos verdadeiramente cronísticos que oferece, apontará para que estejamos na presença de um escrivão-notário, um quase secretário para a escrita contabilística do dom abade, num tempo, o século XV, em que os profissionais da escrita se afirmavam e, por vezes

²⁷ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 40v.

²⁸ Aspetos bem sublinhados por A. H. de Oliveira Marques, “A introdução dos algarismos árabes nos documentos medievais portugueses”, *Estudos de arte e história: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Ed. Vega, 1995, p. 128-131.

²⁹ Patentes em muitos dos seus estudos, mas mais particularmente na sua obra *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, já citada.

³⁰ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 168. Este Rui Fernandes não se confundirá com um homónimo, o Doutor Rui Fernandes [da Silveira], referido nalguns pontos do tombo, nomeadamente em despesas de junho de 1439: “Item a XXbII dias de junho de 439 ao Doutor Rui Fernandez de graça __ CRVIII reais, pago.” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 319 e, também, fl. 182v). Aparece como testemunha de um ato documental lavrado por Silvestre Esteves, escrivão da câmara do dom abade, a 1 de maio de 1439, na Granja da Ota, lançado neste tombo (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 263-264). O nome de Rui Fernandes não surge entre o rol dos tabeliães que pagavam pensão, pelo exercício do ofício, ao mosteiro, em 1440 (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 306-308).

³¹ Como, por exemplo, a propósito do perdão de uma dívida do Doutor Vasco Fernandes, pela granja da Ota, que trazia: “E do mais que fica devedor lhe fez quita o senhor dom abbade a rogo do Ifante Dom Pedro, segundo compridamente se contem em huum alvará que he registado no livro da notaria que foy facta a XXIX dias de março de 1441.” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 167v e 168) ou, a propósito do ouvidor do Infante D. Fernando: “Beens de Villa Nova da Rainha que traz Lourenço Paez, ouvidor do Ifante Dom Fernando...” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 168).

mesmo, se notabilizavam na *ars scribendi* evoluindo do registo notarial para a criação literária³².

Aparecem frequentemente, no Livro da Fazenda, alguns oficiais monásticos, especialmente Fr. Martinho, bolseiro, Fr. Diogo Barroso, sacristão, e Fr. João do Porto, talvez o responsável pela notaria ou chancelaria da abadia, uma vez que vem referido como tendo assinado um alvará e possuidor de “um livro” com documentação que importava ao despacho e governo da casa³³. Mas estes não evidenciam ter qualquer responsabilidade na composição do tomo. Este parece derivar efetivamente da esfera da burocracia da mesa abacial num contexto de serviços ao dom abade garantidos por atores ou burocratas leigos. Na verdade, todos os oficiais que serviam o prelado seriam, aparentemente, leigos, como se poderá observar lendo o seguinte quadro:

Oficiais do abade D. Estêvão de Aguiar na administração do Mosteiro de Alcobaça nos anos de 1437-1440	
(ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 85, 90v, 136-141, 164v, 220-222v, 229 e 403)	
Oficiais	Nomes
Vedor	Diogo Lourenço
Ouvidor	João Afonso
Contador	Diogo Afonso
Recebedor da câmara	João Afonso [substituído por Silvestre Esteves, em 1438] Em 1439, aparece Silvestre Esteves como recebedor da câmara.
Escrivão da câmara	Silvestre Esteves
Escrivão dos contos	João Vasques
Camareiro e meirinho	João Afonso <i>Champanês</i> ou <i>Campanês</i>
Sacador	Pedro Gonçalves
Escrivão da sacadoria	João Rodrigues, tabelião
Copeiro	Álvaro Fernandes
Estribeiro	Diogo Nunes
Alcaide do castelo	Diogo do Bombarral

³² De que o exemplo, naturalmente excecional, é Fernão Lopes, escrivão da puridade do Infante D. Fernando e, depois, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista-mor do reino. Vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia...*, cit., p. 35-64; António José Saraiva, “Fernão Lopes” in António Manuel P. Saraiva, José António Saraiva e Pedro António P. Saraiva (ed.), *António José Saraiva: a intimidade de um intelectual indomável. Fotobiografia*, Lisboa, Gradiva, 2021, p. 177-188; Saul António Gomes, “A Chancelaria de um Ínclito Infante Português de Quatrocentos: D. Fernando (†1443)”, *Estudos. Revista do CADC*, Nova Série 8-9 (2007) [2008], Coimbra, p. 249-291.

³³ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 15, 18, 46-47, 177v, 249-250, 402v.

Comprador	Vasco Nunes
Escrivão das compras	Mendo Afonso, tabelião
Manteiro	Denis Gonçalves
Mestre do forno	Aires Eanes, depois, João Domingues
Escrivão do forno	João Afonso, depois Álvaro Raimundes
Outros oficiais	Barbeiro (Rodrigo Álvares), pomareiro (João Fróis), mestre da sapataria (João Vaz); Nuno, despenseiro; Diogo Esteves, cozinheiro. Sem indicação de cargo: Álvaro Dias, João de Gorizo, Antão de Gorizo
Moços de câmara e outros servidores	Rodrigo, o Grande; Rodrigo, o Pequeno; Pedro; Garcia: Gonçalo do Convento; Coelho, saquiteiro; Pêro Álvares, escrivão; Diogo Fernandes, barbeiro; Afonso Peres, adegueiro; João Anes, servidor da adega; Afonso Anes, homem de pé; João de Lapas; João de Aljubarrota, Pêro; Afonso, moço de estrebaria; João do Convento; João de Lisboa; Pedro; o filho do Espartim; Quaresma; João de Alcobaça; Gomes Eanes, alfaiate; Cristóvão delgado, pedreiro; Álvaro Eanes, pedreiro; Nuno Gomes, João Peres, vestiário; Gil Vasques, ferrador; João de Torres, medidor; Gonçalo de Serpa, moço do sobrado; Nuno, moço da estrebaria; Afonso Rato; Diogo Rodrigues; Martim Gil; Fernando, homem de João Afonso, mateiro; Rui Fernandes
Outros	Fernando, servo da estrebaria

A informação do tomo contabilístico testemunha que estamos perante um prelado cortesão e principesco, nepotista, mais senhor do mundo, com grossa casa, aliás, do que propriamente pastor e pai espiritual de uma comunidade de monges. São significativos os registos de despesas com graças a parentes consanguíneos e afins como João Afonso, seu irmão³⁴, a mãe³⁵, a madrasta³⁶, a tia Beatriz Afonso³⁷, algumas mulheres protegidas pelo abade e freiras no Mosteiro de Odivelas³⁸, o provincial do Carmo, que partia, por 1440, para Roma, acompanhado por João Vaz, escolar, que vivera algum tempo em casa

³⁴ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 176v.

³⁵ A 13 de novembro de 1438, foram dados 2 moios e 20 alqueires de trigo: “aa dona madre de dom abbade em cumprimento da teença que avia d’aver”. Desta tença faziam parte, ainda, em cada ano, 35 arrobas de carne de vaca, 10 arrobas de carneiro, um tonel e oito almudes de vinho puro, 392 pescadas, um porco, 90 almudes do vinho “dos escudeiros” e 18 almudes de azeite (ANTT – Mosteiro da Batalha, livro 14, fls. 215, 239v).

³⁶ Em lanço de 22 de janeiro de 1440: “Item por sua madrasta de hũa casa que traz __ bl^c (600) reais.” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 295v).

³⁷ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 352.

³⁸ Como Beatriz de Góis e Catarina Vaz (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 182v, 215, 283) e Catarina Martins (fl. 395).

do dom abade, e, ainda, a irmã do referido prelado carmelita³⁹, para além de um extenso rol de dependentes, moços, criados e demais servidores.

Não significam estas asserções que D. Estêvão de Aguiar não tenha contribuído para melhorar os padrões de formação e de vida claustral em Alcobaça, como se poderá comprovar, por outro lado, pelo investimento que fez na cópia de livros para edificação espiritual dos monges. D. Fr. Estêvão de Aguiar frequentara os ambientes eclesiásticos itálico-florentinos, nos quais usufruía da amizade do muito influente Abade D. Gomes. Poder-se-á considerar, aliás, que tenha sido no contexto da sua integração no círculo de conhecimentos e de influências do prelado luso-florentino, D. Gomes, que o futuro abade alcobacense teria ganho a simpatia e mesmo amizade do Infante D. Pedro, duque de Coimbra⁴⁰. Prelado mecénático, D. Estêvão promoveu dispendiosas campanhas de obras construtivas no Mosteiro de Alcobaça, especialmente na câmara nova abacial que mandou edificar para si mesmo⁴¹, dinamizando um

³⁹ Trata-se de D. Fr. João Manuel. (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 69 e 402).

⁴⁰ Fr. Manuel dos Santos, *Alcobaça Ilustrada*, Coimbra, Oficina de Bento Seco Ferreira, 1710, p. 260-277; António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes Eanes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, *Studia Monastica*, 5/1 (1963), p. 123-160; Idem, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma/Porto, [s. n.], 1967 (Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1969); Eduardo Alexandre Borges, *Dom Frey Gomez, abade de Florença: 1420-1440*, Braga, Edição do autor, 1963; Rita Costa Gomes (ed.), *A Portuguese Abbot In Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Firenze, Leo S. Olschki Editore, 2017; Paulo Catarino Lopes, “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV” in Alessandrini Nunziatella, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (org.), *‘Homo est minor mundus’. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*, Lisboa, Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, p. 31-57; Paulo Catarino Lopes e Mário Farelo, ““Between seclusion and business” in the abbot’s lodgings in the monastery of Alcobaça in medieval times” in Rolando Volzone e João Luís Fontes (ed.), *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*, Lisboa, IEM (Nova FCSH), 2022, p. 49-68; Paulo Catarino Lopes e Catarina Fernandes Barreira, “Sejaes fortes a fazer bem e em ello perseverar: o Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade reformador D. Estêvão de Aguiar (1431-1446)” in Catarina Fernandes Barreira (ed.), *Manuscritos de Alcobaça, Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais e Direção-Geral do Património Cultural – Mosteiro de Alcobaça, 2022, p. 333-380; Saul António Gomes, “O crédito dos 20 mil florins de ouro do rei D. João I e do infante D. Pedro no “Monte do Comum” de Florença”, *Revista Portuguesa de História*, LV (2024), p. 69-110 (DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_55_3).

⁴¹ Em 1438 foram pagas algumas das chaves então feitas para várias dependências da abadia, nomeadamente uma chave para câmara do abade, duas para os armários, uma para a torre, uma da sala, uma da loja e uma da cozinha (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 137v). Vd. Saul A. Gomes, “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”, *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras*

importante ciclo de traduções para língua vernacular de obras patrísticas latinas, assim ampliando as possibilidades de leitura e edificação intelectual e espiritual dos monges⁴², aqui valorizando, também, o mobiliário e alfaias litúrgicas do mosteiro, nomeadamente a capela-mor da Virgem Maria de Alcobaça⁴³, e, aparentemente, introduzindo práticas musicais litúrgicas inovadoras nomeadamente com música de órgão. No seu abadiado, efetivamente, aparece um registo de pagamento de 544 reais a um Fr. Antão, frade de Santa Maria do Carmo, de Lisboa, “por ensinar a tanjer os orgãos a alguns monjes do mosteiro” e pelas despesas que fizera “no caminho”⁴⁴.

3.

A informação histórica narrada no Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça, girando sempre em torno do protagonista, justamente o abade D. Estêvão de Aguiar, poderá ser organizada em duas categoriais. A primeira,

Jornadas, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2007, p. 19-56; Idem, “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos sacristães-mores” in José Albuquerque Carreiras (coord.), *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*, Alcobaça, Edições Jorlis, 2013, p. 423-448; Catarina Fernandes Barreira, “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o Ordinário do Ofício Divino Alc. 62 e o Livro de Usos Alc. 208”, *Cadernos de Estudos Leirienses*, 11 (Dez. 2016), p. 329-341; Paulo Catarino Lopes e Catarina Fernandes Barreira, “Sejaes fortes a fazer bem e em ello perseverar...”, cit., p. 333-380; Paulo Catarino Lopes e Mário Farelo, “Between seclusion and business: the abbot’s lodgings in the monastery of Alcobaça in medieval times” in Rolando Volzone e João Luís Fontes (eds.), *Architectures of the soul. Diachronic and multidisciplinary readings*, Lisboa, IEM – Universidade Nova de Lisboa, 2022, p. 49-68 (disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/147118>).

⁴² Carlos Roma Fernandes, *O Scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Frei Estêvão de Aguiar (1431-1446)*, Tese de Licenciatura, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970; Aires A. Nascimento, “Percurso do livro na história da cultura portuguesa medieval”, *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras Universidade Lisboa, 2012, p. 281, 302; Idem, *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*, Lisboa, DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2018, p. 168; Catarina Fernandes Barreira, João Luís Fontes, Paulo Catarino Lopes, Luís Miguel Rêpas e Mário Farelo, “Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abadiado de Frei Estêvão de Aguiar”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 19 (2019), p. 345-377.

⁴³ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 135.

⁴⁴ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 228v e 260. Sobre o viajar, em particular, no entorno de Alcobaça medieval, vd. Iria Gonçalves, “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça”, *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 177-200.

associa o lançamento de determinadas despesas a acontecimentos políticos envolvendo as relações do dom abade com outros atores históricos relevantes, como o infante D. Pedro ou a rainha D. Leonor; a segunda, assume a forma narrativa extensa, como se de um verdadeiro capítulo de crónica se tratasse.

A informação histórica, no contexto da informação da primeira categoria, parece procurar justificar, antes de tudo, a razão das despesas ou gastos. A verdade, contudo, é que estas “justificações” têm diferentes graus de relevância: na grande maioria são, efetivamente, meras informações que identificam em que é que se despendeu determinadas somas de dinheiro, ainda que algumas delas tenham imenso interesse para o historiador do campo político; outras, mais raras, ultrapassam claramente essa função de justificação de gastos, para evoluírem para a narrativa do ato político. Nestas, o escriturário da contabilidade monástica, assume claramente o papel de observador e de narrador dos acontecimentos que conhece ou presenciou mesmo.

Exemplificam esta primeira categoria, exatamente, alguns excertos como os que se referem à morte do rei D. Duarte ou dão conta de despesas com viagens à corte ou para participar em cortes e que passamos a enunciar:

Outubro de 1438:

Item a XI dias d’outubro, a Stevam Loução de compra de XXbI (26) varas de burel, que del foe comprido pera o dicto senhor dom abbade e os seus trazerem doo por el rei Duarte de Portugal que se morreo em Tomar, aos IX dias do mês de setembro da Era do Nascimento de IIII^c XXXbIII^o, a razom de X reais a vara __ II^c lx reais.⁴⁵

Item a bII dias d’outubro Joham da Aljubarrota de b dias que foi chamar os abbades pera virem ao saimento del Rei __ R (40) reais.⁴⁶

Dezembro 1438:

Item a XIII dias do dicto mês a Joham da Aljubarrota per’ a despesa de caminho de Lixboa. E pera trazer o trellado do regimento do regno que foe facto nas cortes de Torres Novas, depois da morte del Rei __ CXX reais.⁴⁷

Item a XXIX dias do mês de dezembro ouve alvará per que lhe recebam em conta I- b^c VIII⁴⁸ reais que despendeo per esta guisa, scilicet, IX^c LR (990) reais de LXXXII alqueires meio de cevada que del ouve dom abbade

⁴⁵ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 249.

⁴⁶ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 254v.

⁴⁷ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 255.

⁴⁸ Emendado de: LXXI.

em Abrugueira, termo de Torres Novas, onde pousava pollas cortes que em a dicta villa forom fectas, as primeiras despois da morte del rei Dom Eduarte, a razom de XII reais o almude.⁴⁹

Noticiam-se, ainda, episódios envolvendo a “Triste Rainha” e sobretudo o Infante D. Pedro na sua caminhada para Lisboa e, depois do seu triunfo, em atos de governação, emitindo diplomas protetores da abadia; mas alude-se, também, ao “arroído” de Lisboa, no qual participaram, de modo não aleatório, na verdade, criados do dom abade, alguns armados de espada, depois ressarcidos dos seus prejuízos, como demonstram os exemplos que seguem:

Maio 1439:

O gaado que este [foreiro] trazia a ordem, entregou-o em a granja d’Ota <a bI (6) dias> do mês de mayo de 439. Despois porque a Rainha o mandava tomar quando estava em Alanquer, fugirom com elle pera o mosteiro e tornarom delle a este Domingos Gonçalvez. Esto foy a XbIII^o (18) dias d’outubro da dicta era. E comiam delle no mosteiro. E enquanto o teve neeste tempo ouve strumento.⁵⁰

Junho 1439:

Item a XXbII dias de junho de 439 ao doutor Rui Fernandez de graça __ CRIII reais, pago.

Item a XII dias do dicto mês [outubro] a Meemd’ Afomso tabeliam pera levar a Lixboa cando dom abbade foi com o ifante Dom Pedro __ bI^c (600) reais.⁵¹

Julho 1439:

Item a XbII dias do dicto mês, a Vasco d’Avis que vay a Beringel com cartas do ifante Dom Pedro a Gomez Freire e a Dona Catarina sua madre que se partam logo do dicto lugar onde ora pousam e fazem muito dano e dhi a-d’hir a Elvas de Xb dias a Xb reais por dia.⁵²

1439 novembro:

Item em primeiro dia do mês de novembro 439 que de[u] aos homens que levarom as carregas a Lixboa quando dom abbade foi com o ifante Dom Pedro que fezerom rejedor do regno __ I- IIc reais.⁵³

⁴⁹ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 169v.

⁵⁰ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 371v.

⁵¹ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 319.

⁵² ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 370.

⁵³ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 279.

Item a XbIIIº dias novembro passou alvará que do que deve Gonçalo Anes, rendeiro de Benquerena, dê aos porteiros da camara de Lixboa quando dom abbade foi aa dicta camara o tempo sobredicto em que foi factio rejedor do regno o ifante Dom Pedro, de trigo, X alqueires.⁵⁴

1440, janeiro, 1:

Ao dicto Mend' Afomso pera despesa da casa em Lixboa sendo dom abbade com [o] ifante em Villa Franca.

E II- (2000) a dinheiro Afonso Gorizo pera sua despesa e dos que com el ficarom em Lixboa pera livrar os homens do dicto abbade que foram presos pelo arruído.

E XXXb (35) ao barqueiro de Sacavem que passou dom abbade e sua gente e frasca aa partida de Lixboa. E C ao barqueiro que trouve a frasca de Lixboa a Villa Franca.⁵⁵

1440, janeiro:

Item a XXbII (27) dias do dicto mês de janeiro o dicto Joham Afomso mostrou huum rool que tiinha despeso nos anos passados que lhe ainda nom he levado em conta:

De cevada__ RIX (49) alqueires, scilicet, XXXI alqueires ao cavallo do ifante Dom Pedro que hi teve LXI dias.⁵⁶

1440, fevereiro, 13:

Item a XIII dias do dicto mês a Joham Afonso Gorizo pera tirar cartas do ifante no Mosteiro da Batalha__ L reais.⁵⁷

1440 maio:

Item a IIIIº dias do mês de fevereiro de 440, Joham d'Evora deste lugar de Torres deu a Diogo de Boombarral__ IX^c IXXX (980) reais, scilicet, bI^c (600) de huum tonel de vinho que lhe era devido de seu casamento. E XXX pera huum dardo. E II^c (200)pera hũa espada. E CLX pera huum manto que perdeo no arroido de Lixboa.⁵⁸

A XXX dias de mayo de IIII^c R (1440) veo o dicto Joham d'Evora estar a conto de III anos que se acabaram por Pascoa da dicta Era. E montava de pagar delles bII (7) marcos meio de prata. E XbIII (18) capaãos a razom de II marcos

⁵⁴ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 398.

⁵⁵ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 368v-369.

⁵⁶ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 348.

⁵⁷ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 403v.

⁵⁸ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 298v.

meio. E bl (6) capões por ano. E posta a prata a bIII^c (800) por marco. E a Xb (15) reais por capam, mantou em todo bl- II^c LXX reais (6270). E mostrou-se per registos deste livro e per o registo sobredicto que tiinha pagado b- III^c X (5 310)reais. E asi ficava em divida de IX^c LX (960) reais dos quaees lhe descontarom IIII^c reais que monta em X alqueires de trigo que se del ouve per a despesa da casa em a dicta villa quando per hi passou dom abbade com o senhor ifante Dom Pedro, ao tempo que foy a Lixboa, pera aver o regimento do Regno. E asi deve b^c LX (560) reais. Dos quaees lhe dom abbade fez mercee. E ouve sua quitaçom des o tempo que he abbade ataa o dicto dia de Pascoa de R (1440), fecta no dicto dia, mês e Era.⁵⁹

Há um último registo, nesta categoria, que se destaca pela visão que apresenta do infante D. Pedro, que tinha por si “todos os povos do regno”, mas pequeno número de senhores, contando-se entre eles apenas o infante D. João, o abade de Alcobaça, D. Estêvão de Aguiar, e o bispo de Évora, D. Álvaro de Abreu, “e outros nenhuns nom”, informação totalmente contrastante com a que Rui de Pina, sobre o mesmo assunto, escreveu⁶⁰:

Outubro 1439.

Item a XX dias d’outubro de 439 entregou o dicto Zaaboqua a Silvestre Stevez recebedor da camara__ XVI- reais.

Ouverom-se mester pera se despenderem como de fecto despenderom com outros mui muitos quando o dicto senhor dom abbade foi de sua terra com muitas jentes com o Ifante Dom Pedro em seu serviço e em sua ajuda pera seer rejedor de todo o Regno por el Rei Dom Afomso que ficou moço, filho del Rei Duarte. O qual regimento a esse tempo tiinha a Rainha sua madre. E desta hida forom em Lixboa. E erom da parte do Ifante todos os povooos do Regno. E do[s] senhores delle o Ifante Dom Joham. E o dicto senhor dom abbade. E o bispo d’Evora. E outros nenhuns nom. E foi fecto rejedor em a dicta cidade. E depois que asi foi rejedor e defensor de todollos Regnos, veerom o Ifante Dom Enrique e o conde de Barcellos e seus filhos. E fezerom-se cortes. E ouverom todo por bem fecto. E todos jurarom e prometerom de nunqua hirem contra ello.⁶¹ (fl. 304).

⁵⁹ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 298v.

⁶⁰ Rui de Pina diz que o Infante trazia consigo João Gomes da Silva, D. Fernando de Meneses, Álvaro Gonçalves de Taíde, D. Fradique de Castro, Fernão Coutinho, irmão do marechal, Gonçalo Vaz Coutinho, meirinho-mor, Pero de Lemos, João de Taíde, senhor de Penacova, e gente do bispo de Coimbra. (Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, Ed. Thomas Earle, Coimbra, IUC, 2024, capítulo 47, p. 189-191).

⁶¹ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 304.

4.

O texto que se passa a analisar, no entanto, foi o único que, pela sua singularidade e estrutura cronística, interessou Virgínia Rau. A prestigiada historiadora valorizou o interesse histórico destas páginas da composição historiográfica alcobacense, confrontando-o com a narrativa de Rui de Pina acerca da assunção da regência do reino pelo infante D. Pedro, concluindo, citação:

Por estranho que pareça, a importante aliança e decorrente actuação do Dom Abade de Alcobaça nesta conjuntura política diluiu-se e não mereceu nunca qualquer referência dos cronistas. Por seu turno, e mercê da nota original e contemporânea de um escriturário alcobacense, ganhou rigor a narrativa de Rui de Pina⁶².

A ação histórica desenrolou-se na sequência da morte de D. Duarte e da sua sucessão. O novo rei, D. Afonso, era ainda menor, tendo ficado definido no testamento do pai, o rei Eloquente, que haveria lugar a uma regência encabeçada pela rainha D. Leonor até se atingir a maioridade do novo monarca. Não houve consenso, no entanto, nesta solução, surgindo basicamente duas fações: uma, privilegiando a solução apontada pelo rei decesso, entregando-se a regência à rainha viúva; outra, contrária a essa disposição, protagonizava que deveria caber ao duque de Coimbra esse exercício. Os resultados são bem conhecidos da historiografia produzida sobre o tema, desde os capítulos que lhe dedicou o cronista Rui de Pina, na Crónica de D. Afonso V, entre outros muitos autores⁶³.

A “crónica” inserida no Livro da Fazenda de Alcobaça, com autoria atribuível a Rui Fernandes, de quem pouco se sabe, a não ser que era oficial da casa do abade D. Estêvão de Aguiar, como se referiu, oferece pormenores relevantes sobre a sucessão de acontecimentos que marcaram a crise política que desencadeou

⁶² Virgínia Rau, “O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439”, *Revista da Faculdade de Letras*, III série, 8 (1964), p. 147-148.

⁶³ Virgínia Rau, “O infante Dom Pedro...”, cit., p. 143-150; Humberto Baquero Moreno, “O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira”, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, itinerários e Ensaios Históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997, p. 11-23; Idem, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV de Nova História de Portugal (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1985, p. 553-557; Maria Helena da Cruz Coelho, “O infante D. Pedro, duque de Coimbra”, *Biblos*, 69 (1993), p. 15-57; Saul António Gomes, *D. Afonso V, o Africano*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 41-71; Francisco de Almeida Ribeiro, *Pela mão do infante D. Pedro: pensamento político e dinâmicas de poder no Portugal tardo-medieval*, Dissertação de Mestrado em História da Idade Média, Coimbra, FLUC, 2022.

a assunção da regência pelo Duque de Coimbra e o afastamento do poder da governação do reino da rainha D. Leonor de Aragão e da fação que a apoiava.

A série de acontecimentos expostos na crónica alcobacense é a seguinte:

Morte de D. Duarte após o que assume a regência a rainha D. Leonor.

O infante D. Pedro faz-se defensor, por acordo do povo e senhores, nas Cortes de Torres Novas.

A forma como a rainha regia não aprazia ao povo, pelo que este se moveu para se fazer o infante D. Pedro regente do reino, prazendo “a deus ser assi”.

A rainha desprezava o infante e “nom lhe dava onrra”.

Depois do encontro entre o infante e a rainha, em Sacavém, D. Pedro dirige-se a Alcobaça, onde falou com o abade e obteve o apoio deste para tomar a regência do reino.

O abade promete apoio ao infante, fazendo-se prestes com 500 homens de cavalo e de pé.

A rainha estava em Sacavém com o rei.

A cidade de Lisboa alvoraçou-se contra a rainha, derrubando-se as casas do arcebispo. A rainha foge, com o filho, para Alenquer onde começa a reforçar as muralhas da vila. Soube da aliança entre o dom abade e o infante, tendo mandado, por conselho de Nuno Martins, aio do rei, gente sua à Granja da Ota para que tomassem o trigo que ali achassem.

Os homens da rainha tomaram 8 moios e um alqueire de trigo, mas “dom abbade nom se curou dello”.

O infante retaliou, mandando sequestrar, a Nuno Martins, 50 moios de trigo em Évora.

O infante, vindo de Coimbra, marcha sobre Lisboa, passando por Alcobaça, onde o dom abade o vai receber além de Maiorga; sairão para Lisboa a 22 de outubro de 1439, atingindo Lisboa no dia 30 desse mês. Não ia com o infante “outra tam onrada pessoa” como o dom abade. Em Lisboa, o duque de Coimbra foi recebido pelo irmão, infante D. João, pelo conde de Arraiolos, que estava pela rainha, mas “nom tinha cá nem lá” e pelo bispo de Évora.

Nos três meses em que dom abade esteve, com a sua gente, em Lisboa, todos comiam à sua custa e não do infante.

A 1 de novembro, o infante foi jurado, na Sé de Lisboa, tutor, curador, regente e defensor dos reinos. Depois disto, veio o infante D. Henrique, o conde de Barcelos e o conde de Ourém e fizeram-se cortes no paço do castelo. Acordaram que o rei viesse “à mão” do infante D. Pedro. O infante D. Henrique voluntariou-se para intermediar.

A rainha foi mandada vir de Alenquer, com o rei, para Santo António, onde o infante D. Pedro e outros senhores os foram receber e lhe beijaram a mão.

Fazem-se tratos de paz e levaram, por mar, o rei e o seu irmão para Lisboa, onde foram recebidos com muita solenidade.

O rei é levado, de novo, a Santo António, onde estava a rainha. Esta seguiu para Sintra, deixando o filho ao infante “que fizesse delle o que quisesse”.

O infante D. Pedro teve o rei daí em diante em seu poder e mandava que se ressarcisse Alcobaça do pão que lhe fora roubado na Granja da Ota⁶⁴.

A fonte que aqui se recupera abre com a expressão “Nota que...”, como que anunciando uma notícia na forma tradicional da “escrita memoratória”, tão presente, como se afirmou, nas redações de chancelarias e escrivatinhas medievais. Poderá discutir-se, ainda, se a narrativa textual em apreço, dada a sua brevidade, não caberia mais na categoria de “crónicas breves”, como sucede com Santa Cruz de Coimbra, ou na de memórias ou notícias históricas de carácter biográfico, do que na sua caracterização como crónica. Mas, na verdade, é um texto que ultrapassa a simples notícia biográfica, estendendo-se por um período conjuntural histórico em que se desenrolaram acontecimentos políticos da maior importância para a história do reino, nos quais participou, com sucesso, o prelado alcobacense. Neste ponto, cremos, o texto adquire a profundidade própria de um capítulo mais integrável nos modelos criativos da historiografia tardo-medieval portuguesa do que nos dos velhos enunciados e perspectivas dos cronicões ou simples anais. Opção que nos parece justificar a sua caracterização como exercício próprio dos modos compositivos do texto cronístico quatrocentista

Esta redação do autor alcobacense, efetivamente, talvez o escrivão Rui Fernandes, como se apurou, mergulha de imediato na forma cronística, laudatória do seu patrono, o abade D. Estêvão de Aguiar, afirmando certamente o gosto, na casa deste prelado, como nas demais cortes senhoriais portuguesas da época, pelas matérias históricas que encontraram, nos cronistas do século XV, como Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Vasco de Lucena ou Rui de Pina, alguns dos seus mais significativos cultores⁶⁵.

(DOCUMENTO)

<Ficaria este Rei moço de bII anos.>

Nota que a senhora rainha Dona Lionor, molher que foi de rei Duarte, madre del rei Dom Afonso, moço pequeno que ficou per morte de seu padre⁶⁶, foi facta

⁶⁴ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 361v-362v.

⁶⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977; Jorge António de Meneses Montanha Ferreira Araújo, *Rui de Pina. Um “Cronista Global”?*, Tese de Doutoramento, policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2024.

⁶⁶ Sinal remetendo para a margem, onde se lê: ficaria este Rei moço de bII anos.

curador e tetor rejedor do regno por o dicto seu filho. E o ifante Dom Pedro duc de Coimbra defensor. Esto se fez em Torres Novas per acordo do poboo e senhores, prelados, ifantes, condes, fidalgos e outros boos do regno em durando este primeiro ano de seu regimento. Parece que <de> como ella regiã nom prazia ao poboo entanto que este povoo se moveo todo em huum ajuntamento, aa quererem desfazer e fazer rejedor e curador tetor, defensor o dicto ifante.

E os dictos prelados, ifantes, condes, fidalgos nom erom em esto ante o contradiziam muito. Veendo o dicto senhor ifante esto, entendeo que prazia a Deus seer asi. E porque ella o desprazava muito e nom lhe dava a onrra que merecia. E ante a dava ao arcebispo de Lixboa e seus irmaãos, por serviço de Deus e do dicto senhor rei do regno, espedio-se della em Sacavem, termo de Lixboa. E veo-se a correjer a sua terra.

E desta vinda veo per este Mosteiro d'Alcobaça. E falou com dom abbade, o qual posto que fosse nas cortes de Torres Novas, nom outorgou nem jurou no rejimento da rainha por a esse tempo seer em esse lugar [da] Brogueira, seu termo⁶⁷, doente. E o dicto ifante lhe rogou que lhe prouvesse de o ajudar a aver este regimento e que se fizesse prestes com suas jentes pera quando tornasse pera se hir com elle a Lixboa ataa seer fecto rejedor. O dicto dom abbade por serviço de Deus e do dicto senhor rei e seus regnos e por contemplaçom desse senhor ifante, prouve-lhe dello. E fizesse prestes bem com bc (500) homens de cavallo e de pee. A dicta senhora estava em Secavem tendo el rei em seu poder. E a cidade de Lixboa alvoraçava-se já contra ella e contra todos os seus entanto que huum dia derribarom as casas do arcebispo e, se o acharom, matarom-no.

Ella quando esto vio foi-se com seu filho pera a sua villa d'Alanquer. E começou de reparar castello e muros e açalmar-se e velar-se e roldar-se. E soube parte desta amizade e aliança que asi era facta ante o dicto senhor ifante e o dicto dom abbade. E mandou aa sua granja d'Ota que este ano começara d'abrir o pa<u>l della. E ouvera huum pouco de pam que hi tiinha que lhe tomasse todo o trigo que hi achassem e o levassem aa dicta villa. E de fecto veerom hoi os seus e tomarom dhi [fl. 362] oyto moyos e huum alqueire de trigo de lXIII^o alqueires o moio. Dom abbade nom se curou dello. Parece que se disse per outras pessoas ao dicto ifante que Nuno Martinz que era ayo do dicto senhor rei dera este consselho que se fizesse.

E o ifante lhe mandou socrestar por esto em Evora L moios. E o dicto senhor ifante veo-se per'a dicto Mosteiro d'Alcobaça. Dom abbade o foy receber com suas jentes aalem da Mayorga. E desi foi-se com elle aa dicta cidade de Lixboa, nom hindo com el outra tam onrrada perssoa, nem de tanta gente. E todos

⁶⁷ Brogueira é uma povoação, e antiga freguesia, do termo de Torres Novas.

comiam aa custa do Ifante, salvo el e os seus que comiam aa custa del dicto dom abbade de hida e estada e vinda que durou bem III meses. E partirom do dicto couto d'Alcobaça aos XXII dias do mês de setembro⁶⁸ em sesta feira da era do nacimiento de Nosso Senhor Jehsu Christo de mil IIIc XXXIX. E chegarom a Lixboa em sábado, XXX dias do dicto mês. E foy recebido do ifante Dom Joham, seu irmão, que se com elle liou. E do conde d'Arrayollos que estava amigo da rainha e nom tiinha ca nem la. E do bispo d'Evora que viinha com ifante. E o poboo da dicta cidade. E outros doutras cidades e villas e lugares do regno que pera esto forom juntos per requerimento e chamamento de Lixboa. E logo ao domingo seguinte que era primeiro dia do mês de novembro da dicta era, per estes todos nom sendo hi o dicto conde, foi fecto na See tetor, curador, rejedor, defensor por o dicto senhor rei de seus regnos e lhe derom logo juramento.

Depois desto veo o ifante Dom Enrique e o conde Dom Afonso de Barcellos, e o conde d'Ourem seu filho, e fezerom cortes na dicta cidade no paaço del rei. E outorgarom todo esto e asi o dicto conde d'Arrayollos. E jurarom de o manter. Esto fecto acordarom que o dicto senhor iffante ouvesse el rei a mão. Meteo-se por trautador deste fecto o Ifante Dom Enrique. E fez viinr a rainha d'Alanquer com el rei pera Santo Antoneo⁶⁹. O ifante Dom Pedro com dom abbade e outros senhores a forom receber e lhe beijarom a mão. Trautou-se a paz de tal guisa que os dictos senhores ifantes e dom abbade e o bispo, per mar, levarom o dicto senhor rei e seu irmão aa dicta cidade. E hi foi recebido com muita solenidade. Depois o levarom a sa madre. E [fl. 362v] ella foi-se pera a sua villa de Sintra e leixou el rei de sua vontade no dicto lugar de Santo Antoneo que vesse o Ifante por elle e fizesse delle o que quessesse. Outra vez veo o ifante por elle e levou-o aa dicta cidade e dhi em diante senpre o teve em seu poder.

Em estes fectos asi trautando, mandava o Ifante que dom abbade ouvesse per o dicto pam que lhe asi foi filhado os dictos L moios de Nuno Martinz. E dom abbade nom quês senom o seu. E entom a senhora rainha mandou pagar ao dicto dom abbade em parte de pago do dicto pam per Lopo Fernandez scripvam da camara del rei em a dicta cidade a XIX dias de dezembro 439__ XIX- bc XX reais brancos. Os quaees recebeo Estevam Silvestre recebedor da camara e ct^a.⁷⁰

⁶⁸ Setembro foi riscado e, na entrelinha, escrito: outubro.

⁶⁹ Santo Antão do Tojal, no município de Loures.

⁷⁰ ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 361v-362v. Na transcrição do documento, seguimos essencialmente os critérios apresentados por Avelino de Jesus da Costa, nas *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos medievais e modernos*, Coimbra, INIC, 1993.